MPPI Ministério Público do Estado do Piauí

CORREGEDORIA GERAL

2023

RELATÓRIO ANUAL

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....5

PARTE I – ESTRUTURA ….....5

1. ESTRUTURA DE PESSOAL.....5

1.1. Corregedor-Geral e Corregedor-Geral Substituto.....5

1.2. Promotores-Corregedores Auxiliares.....7

1.3. Colaboradores.....7

2. ESTRUTURA FÍSICA.....8

PARTE II ….....8

1. ATIVIDADE EXECUTIVA.....8

1.1. Correições e Inspeções…….....8

1.2. Inspeções Permanentes.....10

1.3. Controle de Residência Fora da Sede da Comarca.....11

1.4. Controle do Exercício da Atividade Docente.....…11

1.5. Acompanhamento de Estágio Probatório.....11

1.6. Promoções e Remoções.....…….....13

1.7. Relatórios de Atividades.....14

1.7.1. Plantão Ministerial……15

1.7.2. Interceptação Telefônica ……..15

1.8. Reuniões.....17

1.8.1. Conselho Nacional de Corregedores-Gerais.....17

1.8.2. Colégio de Procuradores de Justiça.....18

1.8.3. Conselho Superior do Ministério Público.....18

1.8.4. Eventos Diversos.....19

2. ATIVIDADE DISCIPLINAR.....24

3. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.....25

3.1. Expedientes.....25

3.2. Atos e Recomendações.....26

3.3. Medalha do Mérito Correicional e Prêmio de Excelência Funcional ……..….. 27

PARTE III.....29

1. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA …….....29

2. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL.....30

3. PROCON.....37

4. DADOS DO RELATÓRIO CNMP (MP-PI).....….….....41

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....57

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em cumprimento ao disposto no art. 17, inciso VIII da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e art. 25, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, a Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí apresenta o relatório anual com dados estatísticos das atividades desenvolvidas junto às Procuradorias e Promotorias de Justiça, bem como dos órgãos auxiliares, relativos ao ano de 2023.

PARTE I – ESTRUTURA

1. A ESTRUTURA DE PESSOAL

1.1. CORREGEDOR(A)-GERAL E CORREGEDOR(A)-GERAL SUBSTITUTO(A)

No ano de 2023, atuaram como Corregedor-Geral os Procuradores de Justiça Luís Francisco Ribeiro e Fernando Melo Ferro Gomes e como Corregedoras-Gerais Substitutas as Procuradoras de Justiça Lenir Gomes dos Santos Galvão e Zélia Saraiva Lima.

No dia 27 de fevereiro de 2023, o Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes foi eleito, por unanimidade dos votos dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, para o biênio 2023-2025.

Imagem 01 – Eleição do Corregedor-Geral do MP-PI, em 2023. Fotos: Assessoria de Imprensa da PGJ/PI.

E, no dia 03 de abril de 2023, em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, na sede do Ministério Público do Estado do Piauí, zona leste de Teresina, o Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes foi empossado no cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, indicando a Procuradora de Justiça Zélia Saraiva Lima para o cargo de Corregedora-Geral Substituta.

Imagem 02 – Posse do Corregedor-Geral do MP-PI, em 2023. Fotos: Assessoria de Imprensa da PGJ/PI.

1.2. PROMOTORES-CORREGEDORES AUXILIARES

Para assessoramento da Corregedoria Geral do MP-PI, no ano de 2023, foram indicados os Promotores de Justiça: Ana Isabel de Alencar Mota Dias, João Paulo Santiago Sales e Édsel de Oliveira Costa Belleza do Nascimento.

1.3. COLABORADORES

Na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí estiveram lotados 10 (dez) colaboradores, em 2023, que atuam de forma integrada, incluindo servidores e terceirizados:

1) Giordana Maria Costa Brandão (Técnica Ministerial e Coordenadora de Controle Disciplinar),

2) Arianne Kelly Barboza Vilarinho de Miranda (Técnica Ministerial e Assessora Técnica),

3) Alice Cristina Cardoso Fernandes Batista (Técnica Ministerial e Assessora Técnica),

4) Ingridy Caroliny Macêdo de Sousa (Assessora Técnica),

5) Francisca Danielli Portela Passos Galvão (Assessora Técnica),

6) Rosângela Maria Torres Pereira (Sub-judice),

7) Adelma Pereira Lima dos Santos (Recepcionista),

8) Luiz Gonzaga Bona (Motorista),

9) José Ribamar Batista da Silva (Motorista) e

10) Edilson Macêdo de Carvalho (Serviços Gerais).

2. ESTRUTURA FÍSICA

A Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí está instalada no 4º andar da sede leste do Ministério Público do Estado do Piauí, situada na Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Bairro de Fátima, Teresina-PI.

PARTE II

1. ATIVIDADE EXECUTIVA

1.1. Correições e Inspeções

A atividade correcional está regulamentada pelo Ato CGMP nº 05/2020, de 22 de abril de 2020, que alterou o Ato CGMP nº 04/2017, tendo a Corregedoria Geral do Ministério Público, quando das correições e inspeções, disponibilizados com antecedência aos membros para coleta dos dados, termos para registros de informações da Promotoria correcionada.

O calendário do período de janeiro/2023 a dezembro/2023 foi estabelecido pelo Ato CGMP nº 01/2022.

	2023
Correições Ordinárias	58
Visitas de Inspeção	01
Correições Extraordinárias	01

TOTAL	**60**

Tabela 01 – Correições e inspeções realizadas pela Corregedoria Geral no ano de 2023.

Imagem 03 – Correições nas Promotorias de Justiça de União e Oeiras, em 2023. Fotos: Corregedoria Geral.

Imagem 04 – Correições nas Promotorias de Justiça de Demerval Lobão e Esperantina, em 2023. Fotos: Corregedoria Geral.

Imagem 05 – Correições nas Promotorias de Justiça de Bom Jesus e Barras, em 2023. Fotos: Corregedoria Geral.

1.2. Inspeções Permanentes

A Lei Complementar Estadual nº 12/93, no art. 28, § 3º, determina que os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente nos serviços dos Promotores de Justiça, nos autos em que oficiarem, remetendo os relatórios à Corregedoria Geral do Ministério Público, conforme dispõe o Ato CGMP-PI nº 03/2018.

A partir das informações enviadas pelos Procuradores de Justiça, o Corregedor-Geral apresenta recomendações aos Promotores de Justiça, oralmente ou por escrito, em caráter reservado, dando-lhes ciência dos elogios (LCE nº 12/93, art. 143, parágrafo único).

1.3. Controle de Residência Fora da Sede da Comarca

	2023
Autorizações concedidas	03

Tabela 02 – Quantitativo de autorizações concedidas para residência fora da sede da Comarca em 2023.

1.4. Controle do Exercício da Atividade Docente

	2023
Procuradores de Justiça	00
Promotores de Justiça	11

Tabela 03 – Quantitativo de exercício da atividade docente em 2023.

1.5. Acompanhamento de Estágio Probatório

O estágio probatório, regulamentado através do Ato CGMP-PI nº 001/2003, alterado pelos Atos CGMP-PI nº 04/2013, 03/2017 e 11/2020, é constituído de duas etapas: o estágio de adaptação e a fase de vitaliciamento.

No ano de 2023, foram empossados 03 (três) Promotores de Justiça Substitutos: Jaime Rodrigues Dalencar , Yan Walter Carvalho Cavalcante e Naíra Junqueira Stevanato.

Imagem 06 – Posse dos novos Promotores de Justiça, em 2023. Fotos: Assessoria de Imprensa da PGJ-PI.

O CEAF (Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional), em parceria com a Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí (CGMP-PI), promoveu o curso de adaptação dos novos Promotores de Justiça, incluindo palestras, visitas técnicas, oficinas e participação em atos processuais acompanhados de Promotores de Justiça titulares, permitindo assim uma visão ampla sobre o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público, de seus órgãos de execução, auxiliares e grupos especiais, além das unidades administrativas.

Imagem 07 – Curso de adaptação dos novos Promotores de Justiça, em 2023. Fotos: Assessoria de Imprensa da PGJ-PI.

Ainda em 2023, os Promotores de Justiça Esdras Oliveira Costa Belleza do Nascimento, Jessé Mineiro de Abreu e Amina Macedo Teixeira de Abreu Santiago concluíram, com êxito, o período de Estágio Probatório, no âmbito desta Corregedoria Geral, em cumprimento aos requisitos exigidos no Ato CGMP-PI nº 01/2003, alterado pelos Atos CGMP-PI nº 04/2013, 03/2017 e 11/2020.

Imagem 08 – Membros que concluíram o estágio probatório no âmbito desta Corregedoria Geral, em 2023. Fotos: Assessoria de Imprensa da PGJ-PI.

	2023
Encerrados com proposta de vitaliciamento	03
Encerrados com proposta de não vitaliciamento	00
Em andamento	07

Tabela 04 – Quantitativo de acompanhamentos de estágio probatório pela Corregedoria Geral do Ministério Público em 2023.

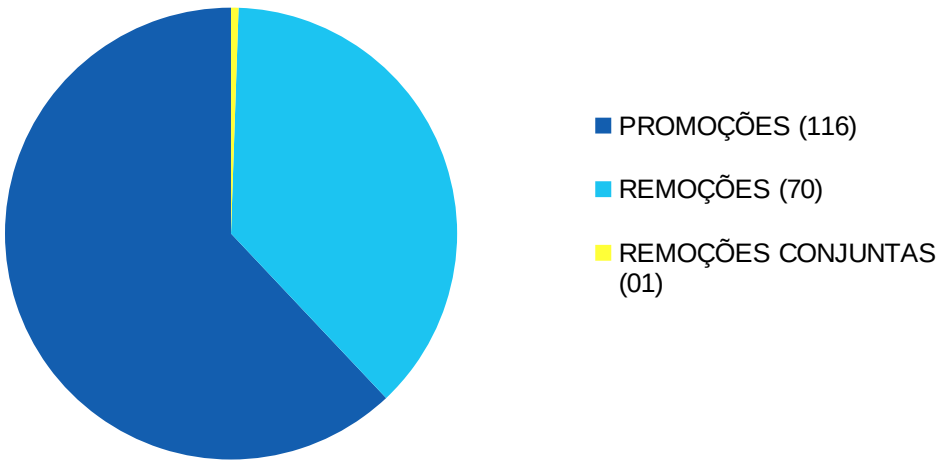
1.6. Promoções e Remoções

Os processos de promoções e remoções de membros do Ministério Público do Estado do Piauí tramitam através do Sistema SEI e, após decurso do prazo das inscrições, as

candidaturas e documentos que as instruem, serão encaminhadas ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público para apreciação de sua validade.

Após cumprimento de etapas na Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, o procedimento é enviado à Corregedoria Geral incluindo a relação dos inscritos e a documentação apresentada pelos candidatos para elaboração de relatórios de aptidão.

Em 2023, a Corregedoria Geral, cumprindo a regra estabelecida no art. 19 da Resolução nº 02/2018 do Conselho Superior do Ministério Público, elaborou 116 (cento e dezesseis) relatórios de promoção, 70 (setenta) relatórios de remoção e 01 (um) relatório de remoção conjunta.



1.7. Relatórios de Atividades

Os membros do Ministério Público, atendendo o disposto no art. 82, inciso XVII, da Lei Complementar nº 12/93, registram os relatórios nos sistemas específicos, acessados mediante login e senha, competindo à Corregedoria Geral validá-los e encaminhá-los à Corregedoria Nacional do Ministério Público.

A Corregedoria Geral do MP-PI acompanhou, durante o ano de 2023, os seguintes relatórios enviados pelos membros:

	Natureza	**Regulamentação**
01	Relatório de Atividades Funcionais	Resolução CNMP n° 74/2011, art. 1º, § 2º
02	Relatório de Inspeção Permanente	LCE nº 12/93, art. 28, § 3º
03	Relatório do Plantão	Ato Conjunto nº 01/2020 CGMP-PI
04	Relatório de Interceptações Telefônicas	Resolução CNMP nº 36/2009
05	Relatório de Inspeções Carcerárias	Resolução CNMP nº 56/2010
06	Relatório de Visita de Inspeção em repartições policiais, civis ou militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares no Estado do Piauí	Resolução CNMP nº 20/2007
07	Relatório de Inspeção em Unidades de Internação e Semiliberdade	Resolução CNMP nº 67/2011
08	Relatório de Inspeção em Entidades de Acolhimento Institucional e Programas de Acolhimento Familiar	Resolução CNMP nº 71/2011
09	Relatório de Inspeção em unidades executoras dos programas municipais/distrital de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto	Resolução CNMP nº 204/2019
10	Relatórios de Correição Interna e Entrega de Promotorias de Justiça	Ato Conjunto PGJ-CGMP-PI nº 01/2017

Tabela 05 – Relatórios enviados pelos membros do Ministério Público que foram acompanhados pela Corregedoria Geral, em 2023.

1.7.1. Plantão Ministerial

Total de relatórios de plantões registrados	1624

Tabela 06 – Quantitativo de relatórios de atividades de plantões ministeriais, no ano de 2023. Fonte: Sistema de Plantões do MP-PI, acesso em 09.01.2024.

1.7.2. Interceptação Telefônica

DADOS RELATIVOS ÀS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS	
1.Número de procedimentos remanescentes do período anterior	389
1.1. Quantidade de telefones monitorados	1095
2. Número de procedimentos iniciados no período	46
2.1. Quantidade de telefones monitorados	133
3. Número de procedimentos findos no período	25
3.1. Quantidade de telefones monitorados	106
4. Número de procedimentos que permanecem em trâmite	404
4.1. Quantidade de telefones que permanecem monitorados	1081
DADOS RELATIVOS ÀS INTERCEPTAÇÕES EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (INFORMÁTICA/TELEMÁTICA)	
5. Número de procedimentos em curso no período anterior	153
5.1. Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) monitorados	213
6. Número de procedimentos iniciados no período	23
6.1. Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) monitorados	37
7. Número de procedimentos findos no período	10
7.1. Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) monitorados	33
8. Número de procedimentos que permanecem em trâmite	170

8.1. Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) que permanecem monitorados	236
DADOS RELATIVOS AO NÚMERO DE INVESTIGADOS	
9. Número total de investigados (procedimentos iniciados, findos ou em trâmite)	1229
9.1. Número de pessoas que permanecem sob investigação ao fim do período	652

Tabela 07 – Dados de interceptação telefônica, no ano de 2023. Fonte: Sistema CNMP, acesso em 11.01.2024.

1.8. Reuniões

1.8.1. Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União

EVENTO	LOCAL	PERÍODO
131ª Reunião Ordinária do CNCGMP	Salvador/BA	15 a 17/03/2023
132ª Reunião Ordinária do CNCGMP	Brasília/DF	11/05/2023
133ª Reunião Ordinária do CNCGMP	Brasília/DF	21 a 22/06/2023
134ª Reunião Ordinária do CNCGMP	Brasília/DF	07 a 09/08/2023
135ª Reunião Ordinária do CNCGMP	Macapá-AP	05 a 06/10/2023
136ª Reunião Ordinária do CNCGMP	Salvador/BA	08/11/2023

Tabela 08 – Reuniões com participação da Corregedoria Geral do Ministério Público do Piauí em 2023.

O Procurador de Justiça e ex-Corregedor Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, Luís Francisco Ribeiro, foi homenageado com a Medalha do Mérito durante a 135ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, que ocorreu, nos dias 5 e 6 de outubro de 2023, na cidade de Macapá-AP.

Imagem 09 – Medalha recebida pelo ex-Corregedor Geral do MP-PI. Fotos: Assessoria de Imprensa do MP-AP.

1.8.2. Colégio de Procuradores de Justiça

A Resolução CPJ/PI nº 04, de 16 de abril de 2018, dispõe sobre o Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí e disciplina, no seu art. 37, que o Colégio de Procuradores reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Procurador-Geral de Justiça ou mediante proposta de, pelo menos, 1/4 (um quarto) de seus membros, tendo o Corregedor-Geral participado de todas as sessões convocadas no ano de 2023.

1.8.3. Conselho Superior do Ministério Público

A Resolução CSMP/PI nº 03, de 23 de outubro de 2017, instituiu o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e, no seu art. 3º, §1º, dispõe que o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público são membros natos do

Conselho Superior, cujas sessões ordinárias se realizam a cada quinze dias, com a presença do Corregedor Geral.

1.8.4. Eventos diversos

1. PARCERIA COM A CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí atuou em parceria com a Corregedoria Geral de Justiça, realizando, ao longo do ano de 2023, visitas institucionais com a finalidade de trocar experiências e aprimorar as ferramentas tecnológicas e os sistemas deste órgão correcional.

Imagem 10 – Visitas institucionais – CGMP-PI e CGJ-PI. Fotos: Assessoria de Imprensa da PGJ-PI.

2. MEDALHA DO MÉRITO CONSELHEIRO SARAIVA

A Medalha do Mérito Conselheiro Saraiva é uma homenagem do município de Teresina, criada em 1984 por meio de decreto e é subdividida em três graus: Grande Oficial, Oficial e Cavalheiro.

No dia 24 de agosto de 2023, o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, Fernando Melo Ferro Gomes, o Subprocurador de Justiça Administrativo, Rodrigo Roppi de Oliveira, e a Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ), Joselisse Nunes de Carvalho Costa, foram agraciados com a medalha com o grau Oficial.

Imagem 11 – Medalha do Mérito Conselheiro Saraiva, em 2023. Fotos: Assessoria de Imprensa da PGJ-PI.

3. PALESTRA “ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL (ANPC) E RESOLUTIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO”

No dia 05 de junho de 2023, o Ministério Público do Estado do Piauí, por meio do Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio (CACOP), em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou o ciclo de palestras “Acordo de Não Persecução Cível (ANPC) e Resolutividade do Ministério Público”, em formato híbrido.

O Promotor de Justiça, Dr. João Paulo Santiago Sales, Assessor da Corregedoria Geral, destacou, dentre outras ações, a importância do registro de valores pactuados nos ANPC no sistema SIMP, para fins de acompanhamento pela sociedade e por este órgão correcional.

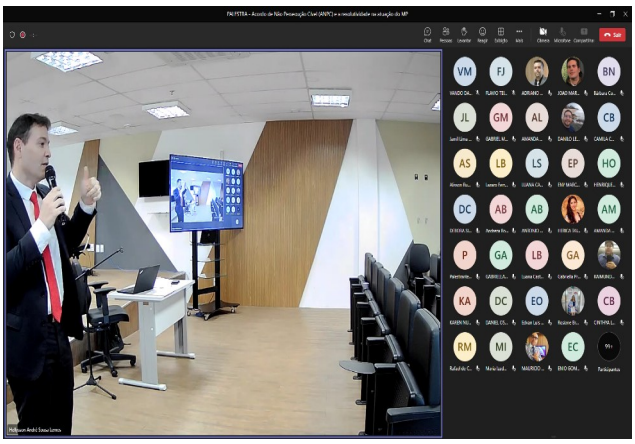


Imagem 12 – Palestra “Acordo de Não Persecução Cível (ANPC) e Resolutividade do Ministério Público”, em 2023. Fotos: Assessoria de Imprensa da PGJ-PI.

4. CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE FOMENTO À RESOLUTIVIDADE DO CNMP

Em outubro de 2023, foi realizada, no Ministério Público do Estado do Piauí, a 25ª Correição Extraordinária de Fomento à Resolutividade do Conselho Nacional do Ministério Público, que teve como objetivo verificar a regularidade e a qualidade da atividade ministerial no tocante às boas práticas institucionais.

Imagem 13 – Correição Extraordinária de Fomento à Resolutividade do CNMP. Fotos: Assessoria de Imprensa da PGJ/PI.

Em consequência da referida correição, o Ministério Público do Estado do Piauí recebeu o "Selo de Resolutividade" e "Certificado de Boas Práticas" da Corregedoria Nacional do Ministério Público, em solenidade realizada na sede do CNMP, em Brasília, cujas distinções foram recebidas pelo Exmº. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr Cleandro Alves de Moura, em razão da atuação proativa e resolutiva do MP-PI na defesa dos direitos fundamentais em prol da sociedade, através de projetos, iniciativas e ações de destaque.

5. CONSTITUIÇÃO DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO FINALÍSTICA 2024/2025

No dia 06 de dezembro de 2023, a Promotora de Justiça, Dra Ana Isabel de Alencar Mota Dias, Assessora desta Corregedoria Geral, participou da oficina para a construção do Plano Geral de Atuação Finalística do Ministério Público do Piauí, biênio 2024/2025, que teve como objetivo definir os temas que serão colocados em consulta pública, a fim de que os cidadãos piauienses manifestem qual deve ser o foco de execução dos projetos do MP-PI, no citado biênio.

Imagem 14 – Participação da Corregedoria Geral na constituição do PGA 2024/2025, em 2023. Fotos: Assessoria de Imprensa da PGJ-PI.

2. ATIVIDADE DISCIPLINAR

Com o objetivo de averiguar possíveis faltas funcionais por membros do Ministério Público, a Corregedoria Geral, de ofício e quando provocada, instaura notícias de fato, pedidos de providências, sindicâncias ou processos administrativos disciplinares.

Os pedidos de providências, regulamentados através da Lei Complementar nº 12/93, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 09 de novembro de 2017, são decididos pela Corregedoria Geral, podendo resultar no arquivamento ou na instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

A sindicância é instaurada como preliminar do processo administrativo disciplinar, se a infração não estiver suficientemente positivada em sua materialidade ou autoria (LCE nº 12/93, art. 167).

Quando o processado for Promotor de Justiça e o relatório concluir pela aplicação das penas de admoestação verbal, advertência ou censura, o processo administrativo disciplinar é decidido pelo Procurador-Geral de Justiça. Quando o relatório da Comissão for pela absolvição do Processado, será competente para julgamento o Procurador-Geral de Justiça, conforme decidido nos autos do Processo Administrativo nº 01/2016, na 1199ª Sessão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí, realizada no dia 15 de abril de 2016 e, nos demais casos, pelo Conselho Superior do Ministério Público (LCE nº 12/93, art. 187).

O Colégio de Procuradores de Justiça é competente para o julgamento dos recursos (art. 16, inciso VIII, alínea “b” da LCE nº 12/93).

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES E CORRELATOS NO PERÍODO						
ESPÉCIE	Instaurados	Arquivados	Transformados em PAD ou SINDICÂNCIA	Em andamento	Encaminhados para o órgão julgador competente	Revisão ao Conselho Nacional do Ministério Público
Notícia de Fato	29	26	----	03	----	----
Pedido de Providências	01	01	00	00	----	----
Sindicância	00	00	00	00	----	----
Processo Administrativo Disciplinar	02	00	----	01	00	01

Tabela 09 – Quantitativo de pedidos de providências, sindicâncias, processos administrativos disciplinares e reclamações disciplinares, no ano de 2023. Fonte: Coordenadoria de Controle Disciplinar.

3. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

3.1. Expedientes

No desempenho das funções administrativas em 2023, com base nos dados extraídos da Secretaria da CGMP-PI e do Sistema SEI, a Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí registrou a seguinte produtividade:

3.2. Atos e Recomendações

Visando a regularidade e aprimoramento dos serviços, a Corregedoria Geral emitiu os seguintes atos e recomendações:

Natureza	Nº	Objeto
Ato	01/2023	Estabelece, no âmbito do Ministério Público, a Escala de audiência de custódia da Central de Inquéritos Regional de Picos-PI.
Ato	02/2023	Cria o Anexo XIV do Ato Conjunto PGJ/CGMP-PI nº 01/2017.
Ato	03/2023	Estabelece o Calendário de Correições Ordinárias para o período de janeiro/2024 a dezembro/2024, e dá outras providências.
Ato	04/2023	Altera o Ato CGMP/PI nº 02/2022 e estabelece a Escala de plantão e audiência de custódia das Promotorias de Justiça do Piauí
Ato	05/2023	Prêmio de Excelência Funcional da Corregedoria Geral do Ministério Público (Ato CGMP-PI nº 07/2019).
Ato	06/2023	Medalha do Mérito Correcional (Ato CGMP-PI nº 02/2016).
Ato	07/2023	Altera o Ato nº 01/2023 CGMP-PI e estabelece, no âmbito do Ministério Público, a Escala de

		audiência de custódia da Central de Inquéritos Regional de Picos-PI.
Ato Conjunto CGMP/PGJ-PI	01/2023	Acrescenta o artigo 18-A ao Ato Conjunto PGJ/CGMP-PI Nº 01/2020, que disciplina a participação de Membros do Ministério Público nos plantões, audiências de custódia e dá outras providências.
Ato Conjunto CGMP-PI e PGJ/PI	02/2023	Altera o Ato Conjunto PGJ/CGMP-PI Nº 01/2020, que disciplina a participação de Membros do Ministério Público nos plantões, audiências de custódia e dá outras providências.
Recomendação	01/2023	Recomenda aos Promotores de Justiça com atribuição na área da Infância e Juventude que instaurem Procedimento Administrativo visando a regularização e implantação em sua comarca do Fundo da Infância e Adolescência, previsto no artigo 88, inciso IV, da Lei Federal nº 8.069/90.
Recomendação Conjunta PGJ/CGMP-PI	01/2023	Dispõe sobre a atuação dos membros do MPPI, no exercício do controle externo difuso da atividade policial, para a adoção das providências legais cabíveis junto ao Poder Judiciário, observados os arts. 50 e 50-A da Lei nº 11.343/06, o ACT nº 40/2020 e seu Primeiro Termo Aditivo, para garantir a periodicidade e a regularidade da incineração de drogas apreendidas pelas forças de segurança pública do Estado do Piauí.

Tabela 10 – Atividade normativa da Corregedoria Geral, em 2023.

3.3. Medalha do Mérito Correcional e Prêmio de Excelência Funcional

O Ato CGMP-PI nº 06/2023 concedeu a **Medalha do Mérito Correcional** às seguintes pessoas:

1. DR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO (Corregedor Nacional do Ministério Público);

2. DES. OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO (Corregedor-Geral de Justiça);

3. DES. MANOEL DE SOUSA DOURADO (Vice-Presidente do TJ-PI);

4. DRA. CLÁUDIA PESSOA MARQUES DA ROCHA SEABRA (Chefe de Gabinete da PGJ-PI) e

5. DRA. DENISE COSTA AGUIAR (Assessora de Planejamento e Gestão da PGJ-PI).

Em relação ao **Prêmio de Excelência Funcional** da Corregedoria Geral, foram agraciados através do Ato CGMP-PI nº 05/2023 os seguintes Membros:

- Procurador de Justiça: 1. DRA. RAQUEL DE NAZARÉ PINTO COSTA NORMANDO;

- Promotores de Justiça: 1. DRA. MICHELINE RAMALHO SEREJO DA SILVA;

2. DRA. ITANIELI ROTONDO SÁ;

3. DR. ENY MARCOS VIEIRA PONTES;

4. DR. ROBERTO MONTEIRO CARVALHO e

5. DR.SINOBILINO PINHEIRO DA SILVA JÚNIOR.

PARTE III – DADOS ESTATÍSTICOS DA ATUAÇÃO DOS MEMBROS

1. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

PROCURADORIA DE JUSTIÇA	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS	SALDO FINAL	CIENTES (COM RECURSO)	CIENTES (SEM RECURSO)
1ª Procuradoria de Justiça	905	911	-6	0	2
2ª Procuradoria de Justiça	1038	1039	-1	0	2
3ª Procuradoria de Justiça	894	937	-43	0	0
4ª Procuradoria de Justiça	889	978	-89	0	0
5ª Procuradoria de Justiça	948	945	3	0	0
6ª Procuradoria de Justiça	909	919	-10	0	0
7ª Procuradoria de Justiça	912	920	-8	0	0
8ª Procuradoria de Justiça	1183	1176	7	0	0
9ª Procuradoria de Justiça	1177	1150	27	0	0
10ª Procuradoria de Justiça	915	919	-4	0	6
11ª Procuradoria de Justiça	2580	2560	20	0	1
12ª Procuradoria de	2505	2403	102	0	0

Justiça					
13ª Procuradoria de Justiça	2658	2822	-164	0	0
14ª Procuradoria de Justiça	2578	2668	-89	0	2
15ª Procuradoria de Justiça	2652	2703	-51	0	8
16ª Procuradoria de Justiça	2543	2608	-65	0	0
17ª Procuradoria de Justiça	3076	3134	-58	0	1
18ª Procuradoria de Justiça	2600	2576	24	0	3
19ª Procuradoria de Justiça	590	549	41	1595	4909
20ª Procuradoria de Justiça	506	513	-7	1367	5221
TOTAL	**32059**	**32430**	**-371**	**2962**	**10155**

Tabela 11 – Quantitativo da produtividade das Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí no ano de 2023. Fonte: SIMP.

2. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CAO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	
APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	223
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	02
Elaboração de ACP, denúncia, proposta de transação penal ou suspensão condicional do	46

processo	
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	06
Elaboração de recomendações	32
Elaboração de outros atos	195
REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais5	23
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	76
Representações oriundas de atendimentos ao público	07
Notícias veiculadas em jornais e outros	--
CORRESPONDÊNCIAS	
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	521
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	958
EVENTOS	
Palestras ministradas	02
Participações em reuniões	36
Participações em audiências públicas	--
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	07
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	02
OUTROS	
Atendimentos ao público	--
Elaboração e remessa ao PGJ de planos de ação	--

Tabela 12 – Quantitativo da atuação do Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público, no ano de 2023. Fonte: Sistema CNMP, acesso em 11.01.2024.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE	
APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	1037
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	14

Elaboração de ACP, denúncia, proposta de transação penal ou suspensão condicional do processo	48
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	46
Elaboração de recomendações	47
Elaboração de outros atos	881
REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais5	786
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	92
Representações oriundas de atendimentos ao público	52
Notícias veiculadas em jornais e outros	98
CORRESPONDÊNCIAS	
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	2009
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	1550
EVENTOS	
Palestras ministradas	25
Participações em reuniões	253
Participações em audiências públicas	07
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	72
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	41
OUTROS	
Atendimentos ao público	70
Elaboração e remessa ao PGJ de planos de ação	12

Tabela 13 – Quantitativo da atuação do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, no ano de 2023. Fonte: Sistema CNMP, acesso em 11.01.2024.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CAO DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	284
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	04
Elaboração de ACP, denúncia, proposta de transação penal ou suspensão condicional do processo	01
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	01
Elaboração de recomendações	13
Elaboração de outros atos	238
REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais5	54
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	--
Representações oriundas de atendimentos ao público	17
Notícias veiculadas em jornais e outros	--
CORRESPONDÊNCIAS	
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	2637
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	4413
EVENTOS	
Palestras ministradas	31
Participações em reuniões	72
Participações em audiências públicas	01
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	49
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	104
OUTROS	
Atendimentos ao público	113
Elaboração e remessa ao PGJ de planos de ação	--

Tabela 14 – Quantitativo da atuação do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude, no ano de 2023. Fonte: Sistema CNMP, acesso em 11.01.2024.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CAO DE DEFESA DA CIDADANIA E DA SAÚDE	
APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	611
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	23
Elaboração de ACP, denúncia, proposta de transação penal ou suspensão condicional do processo	11
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	01
Elaboração de recomendações	35
Elaboração de outros atos	6265
REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais5	1127
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	33
Representações oriundas de atendimentos ao público	89
Notícias veiculadas em jornais e outros	76
CORRESPONDÊNCIAS	
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	3925
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	4212
EVENTOS	
Palestras ministradas	06
Participações em reuniões	150
Participações em audiências públicas	08
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	58
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	44
OUTROS	
Atendimentos ao público	89

Elaboração e remessa ao PGJ de planos de ação	08

Tabela 15 – Quantitativo da atuação do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania e da Saúde, no ano de 2023. Fonte: Sistema CNMP, acesso em 11.01.2024.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CAO CRIMINAL	
APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	2041
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	--
Elaboração de ACP, denúncia, proposta de transação penal ou suspensão condicional do processo	--
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	--
Elaboração de recomendações	01
Elaboração de outros atos	08
REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais5	744
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	11
Representações oriundas de atendimentos ao público	53
Notícias veiculadas em jornais e outros	--
CORRESPONDÊNCIAS	
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	2370
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	2687
EVENTOS	
Palestras ministradas	--
Participações em reuniões	56
Participações em audiências públicas	32
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	08
Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	05

OUTROS	
Atendimentos ao público	57
Elaboração e remessa ao PGJ de planos de ação	01

Tabela 16 – Quantitativo da atuação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais, no ano de 2023. Fonte: Sistema CNMP, acesso em 11.01.2024.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CAO DE DEFESA DA EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	808
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	--
Elaboração de ACP, denúncia, proposta de transação penal ou suspensão condicional do processo	19
Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	08
Elaboração de recomendações	44
Elaboração de outros atos	183
REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais5	297
Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	--
Representações oriundas de atendimentos ao público	93
Notícias veiculadas em jornais e outros	67
CORRESPONDÊNCIAS	
Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	531
Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	835
EVENTOS	
Palestras ministradas	06
Participações em reuniões	68
Participações em audiências públicas	01
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	21

Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	09
OUTROS	
Atendimentos ao público	54
Elaboração e remessa ao PGJ de planos de ação	--

Tabela 17 – Quantitativo da atuação do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania, no ano de 2023. Fonte: Sistema CNMP, acesso em 11.01.2024.

3. PROCON

RELATÓRIOS DE ATIVIDADES MPPI/PROCON – EXTRAJUDICIAL SEDC	
CONSUMIDOR.GOV.BR	15.697
Procon Itinerante MPPI	1.316
RELATÓRIOS DE ATIVIDADES MPPI/PROCON	**AREA: REDE PROCON**
Procedimentos Administrativos Instaurados	247
PA – Processo Administrativo	168
IP – Investigação Preliminar	34
RCL - Reclamação	45
Em Andamento	1.500
Arquivados	2.251
Encaminhados à Junta Recursal	126
Audiências Extrajudiciais Realizadas	329
Acordos Obtidos	44
Termo de Ajustamento de Conduta – TAC´s Firmados	0
Termo de Transação Administrativa – TTA´s Firmados	35
Recomendações Expedidas	6
Audiências Públicas Realizadas	0
Termo de Declarações	162
Ofícios Expedidos	576
Apoio à Atividade Finalística - Rede Procon	105
PGEA - Apoio à Atividade Finalística - Área Pericial	19
PGEA - Atividades do Procon Itinerante	35
Notificações Expedidas	2.036
Protocolos de atendimentos registrados no Simp-MPPI	589
Protocolos Sei - Processos com tramitação no período	975
Protocolos Sei - Processos com andamento fechado no período	950
Valor de Multas aplicadas	44.618.961,21
Valor Recolhido ao FPDC	2.070.108,29
RELATÓRIOS DE ATIVIDADES MPPI/PROCON	**JUDICIAL**
Ações Civis Públicas	0

TAC´s Homologados	0
Manifestações Judiciais	337
Agravo de Instrumento	02
Réplica a Contestação	03
Contrarrazões a Embargo de Declarações	02
Contrarrazões a Apelação	04
Audiências Judiciais	14
Decisão interlocutório – Deferimento de Liminar	04
Ações procedentes – Deferimento do mérito	05
RELATÓRIOS DE ATIVIDADES MPPI/JURCON	
Processos Julgados	194
R$ - Homologação de TTA (Termo de Transação Administrativa)	627.155,27
R$ - Reexame decorrente de recursos administrativos	3.562.859,76
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	**DE OFÍCIOS (OSTENSIVAS)**
Material Escolar	23
Aumento de preço – Postos de combustíveis	47
Sistema Sei - Apoio à Rede Procon	39
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	**CUMP. DE DILIGÊNCIAS**
Entregas de notificações	41
Sistema SIMP – Cumprimento de diligências	56
GLP - SIMP	81
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	**APOIO REDE DE PROMOTORIAS**
Estabelecimentos fiscalizados	66
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	**DATA COMEMORATIVA**
Semana Santa	7
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	**PESQUISA DE PREÇOS**
Volta as aulas	10
Black friday	8
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	**FISCALIZAÇÃO CONJUNTA**
CREF-PI	27
ANP	1
ADAPI	6
SEFAZ	4
DECCOTERC	5
CRO	1
IMEPI	11
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	**OPERAÇÃO PETROLEO REAL**
Postos fiscalizações	664
Cidades visitadas	173

Postos autuados	153
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	**LABORATÓRIO MÓVEL**
Amostras/testemunha coletadas	96
CAMPANHAS EDUCATIVAS / PESQUISAS / CURSOS	**EEDC**
Comemoração do dia do Consumidor 15/03	https://www.mppi.mp.br/internet/2023/03/no-dia-mundial-do-consumidor-procon-mppi-apresenta-balanco-do-trabalho-do-orgao-em-2022/
Oficina Rede Procon	https://www.mppi.mp.br/internet/2023/04/procon-mppi-realiza-entrega-de-laboratorio-movel-para-analise-de-combustiveis-e-promove-oficinas-regionais/
BLACK FRIDAY	https://www.mppi.mp.br/internet/2022/11/procon-mppi-lanca-painel-para-orientar-consumidores-sobre-compras-no-periodo-da-black-friday/
PROJETOS MPPI	**CORREIÇÃO NACIONAL CNMP**
Rede de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor – Polos Regionais	https://www.mppi.mp.br/internet/2023/10/correicao-de-fomento-a-resolutividade-e-finalizada-no-mppi/
MPPI Sempre Presente na Fiscalização da Qualidade dos Combustíveis – Consumidor Legal	https://www.mppi.mp.br/internet/2023/10/correicao-de-fomento-a-resolutividade-e-finalizada-no-mppi/
MELHORES PRÁTICAS MPPI	**PRÁTICA ESTRUTURANTE**
OKR PROCON A prática combina uso da metodologia ágil OKR (Objetctives and Key Results) e BI (Business Intelligence) para aprimoramento da gestão de processos extrajudiciais do Procon.	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDFhNGEyOTktOTZhNi00ZDY0LWJmNGEtMjlkMDg4N2RlNDUyIiwidCI6Ijc0MDE0NTA1LTY5ZDgtNGRlYi1iYmM3LWE2MTU3MjY0Zjk0MSJ9
PAINÉIS DE BI	**WWW.MPPI.MP.BR**
Consulta Reputação das Empresas	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjUwM2QzM2UtMDI0Yy00ZWQ2LWI2NjAtMmJhMmQ2NWY3OGI4IiwidCI6Ijc

	0MDE0NTA1LTY5ZDgtNGRlYi1iYmM3LWE2MTU3MjY0Zjk0MSJ9
Fiscalizados de Postos	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiODhhMDNlYzItYjQ4MS00OTBmLTkyNjUtNzIxZGVjNDQ0NWFkIiwidCI6Ijc0MDE0NTA1LTY5ZDgtNGRlYi1iYmM3LWE2MTU3MjY0Zjk0MSJ9&pageName=ReportSectiondca29480a4705d9e31e0
PROCON Itinerante	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzQ1NmI2NDItYWZkYi00YjVjLTg4YTgtZTc3MjU2OTRiMzk5IiwidCI6Ijc0MDE0NTA1LTY5ZDgtNGRlYi1iYmM3LWE2MTU3MjY0Zjk0MSJ9

Tabela 18 – Quantitativo da atuação do PROCON, no ano de 2023. Fonte: SINDEC. SIMP. Arquivos MPPI/PROCON.

** Mudança do Sistema SINDEC para o PROCONSUMIDOR realizada em 13.09.2021.*

*** Indicativo por amostragem Processos instaurados nas 09 Regionais Metodologia.*

Projeto OFICINAS Rede Procon

Gestão de Procedimentos Extrajudiciais na Área Rede de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor

4. DADOS DO RELATÓRIO CNMP (MP-PI)

ANEXO I-a - EXTRAJUDICIAL - 2023

INQUÉRITO CIVIL E PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

CLASSES: (910004) Inquérito Civil, (910003) Procedimento Preparatório

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS				
	INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO				Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento		Recomendação (920068)
			INSTAURADOS (Antes D-3)	INSTAURADOS (Antes D-3)	INSTAURADOS(D-2)	INSTAURADOS (D-1)			Sem TAC (920472), (920090)	Com TAC (920471), (920089)	
Inquérito Civil	836	1217	8292	853	1267	861	135	49	997	64	153
Procedimento Preparatório	1016	736	4742	541	556	563	16	2	180	6	64

ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS				
	INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento		Recomendação (920068)
						Sem TAC (920472), (920090)	Com TAC (920471), (920089)	
Direito da Criança e do Adolescente	75	81	-6	6	7	50	5	16
Direito do Consumidor	22	38	-16	3	1	26	2	1
Educação	12	39	-27	3	4	10	5	3
Improbidade Administrativa	584	827	-243	65	18	563	26	69
Meio Ambiente	117	103	14	17	12	77	5	13
Ordem Urbanística	24	25	-1	2	0	9	0	2
Pessoa Idosa	13	7	6	0	0	5	0	2
Pessoa com Deficiência	44	14	30	1	2	3	2	8
Saúde	6	42	-36	3	0	31	0	14
Direito à Educação	20	5	15	0	0	1	1	2

ANEXO I-b - EXTRAJUDICIAL - 2023

NOTÍCIA DE FATO

CLASSE: (910002) Notícia de Fato

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS
	INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Ajuizamento de Ação (920012)
Notícia de Fato	20419	20229	190	663
ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS
	INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Ajuizamento de Ação (920012)
Direito da Criança e do Adolescente	3765	3767	-2	69
Direito do Consumidor	600	666	-66	2
Educação	97	208	-111	0
Improbidade Administrativa	1776	1901	-125	4
Meio Ambiente	489	485	4	4
Ordem Urbanística	103	102	1	0
Pessoa Idosa	837	774	63	8
Pessoas com Deficiência	341	324	17	2
Saúde	98	64	34	0
Direito à Educação	811	582	229	1

ANEXO I-c - EXTRAJUDICIAL - 2023

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

CLASSE: (910005) Procedimento Administrativo

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS				
						Arquivamento		
	INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Sem TAC (920472), (920090)	Com TAC (920471), (920089)	Recomendação (920068)
PA de Acompanhamento de Instituições	922	614	308	27	13	21	2	214
PA de Acompanhamento de Políticas Públicas	777	414	363	23	13	11	2	276
PA de Acompanhamento de TAC	40	76	-36	16	12	1	0	4
PA de Outras Atividades não sujeitas a IC	1412	1427	-15	28	71	26	0	134
PA de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis	1100	1161	-61	99	14	15	0	72

ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS				
						Arquivamento		
	INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Sem TAC (920472), (920090)	Com TAC (920471), (920089)	Recomendação (920068)
Direito da Criança e do Adolescente	1169	721	448	31	6	13	0	267
Direito do Consumidor	74	1973	-1899	2	12	22	0	5
Educação	329	203	126	6	8	5	1	72
Improbidade Administrativa	170	140	30	8	6	4	2	28
Meio Ambiente	130	116	14	9	54	1	0	36
Ordem Urbanística	36	25	11	0	1	0	0	4
Pessoa Idosa	176	167	9	15	4	2	0	9
Pessoas com Deficiência	62	68	-6	9	4	0	0	7
Saúde	7	96	-89	4	0	0	0	3

ANEXO I-d - EXTRAJUDICIAL - 2023

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP (PEÇAS DE INFORMAÇÃO - PIC)

CLASSE: (1733) Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS		
	INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO				Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Denúncia (920016), (920015)	Arquivamento (920087)
			INSTAURADOS (Antes D-3)	INSTAURADOS (Antes D-3)	INSTAURADOS(D-2)	INSTAURADOS (D-1)			
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	151	154	1249	183	185	115	10	35	125

ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS		
	INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Denúncia (920016), (920015)	Arquivamento (920087)
Concussão	1	0	1	0	0	0
Corrupção Ativa	2	1	1	0	0	1
Corrupção Passiva	3	2	1	0	0	1
Crime de Organização Criminosa	3	11	-8	0	0	9
Crimes contra a Ordem Tributária	20	22	-2	1	9	10
Crimes da Lei de Licitações	15	18	-3	0	5	10
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	0	3	-3	0	0	1
Crimes de Tortura	0	3	-3	0	0	3
Peculato	3	5	-2	0	0	2
Tráfico de Drogas e Condutas Afins	2	4	-2	0	1	4

MPPI Ministério Público do Estado do Piauí

ANEXO II-a - CRIMINAL - 2023

INQUÉRITO POLICIAL E AUTO DE PRISÃO

CLASSES: (12121) Auto de Prisão, (280) Auto de Prisão em Flagrante, (279) Inquérito Policial

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS							
	RECEBIDOS (920246)	EM ANDAMENTO				Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)				Denúncia (920016), (920015)			
		REGISTRO MP (Antes D-2)	REGISTRO MP (D-2)	REGISTRO MP (D-1)	REGISTRO MP (D)		REGISTRO MP (Antes D-2)	REGISTRO MP (D-2)	REGISTRO MP (D-1)	REGISTRO MP (D)	REGISTRO MP (Antes D-2)	REGISTRO MP (D-2)	REGISTRO MP (D-1)	REGISTRO MP (D)
Autos de Prisão	25144	16912	4924	4777	6408	397	325	237	271	308	5031	2087	2340	3038
Inquerito Policial	50116	66354	7563	8572	9248	668	6466	843	1200	1448	34775	4463	4698	5850

ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS							
	RECEBIDOS (920246)	EM ANDAMENTO				Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)				Denúncia (920016), (920015)			
		REGISTRO MP (Antes D-2)	REGISTRO MP (D-2)	REGISTRO MP (D-1)	REGISTRO MP (D)		REGISTRO MP (Antes D-2)	REGISTRO MP (D-2)	REGISTRO MP (D-1)	REGISTRO MP (D)	REGISTRO MP (Antes D-2)	REGISTRO MP (D-2)	REGISTRO MP (D-1)	REGISTRO MP (D)
Atos de Terrorismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração Pública	1281	1455	175	219	221	20	59	10	18	22	622	91	121	136
Crimes contra a Dignidade Sexual	3503	2548	589	633	690	3	135	34	44	67	1307	316	403	493
Crimes Contra a Liberdade Pessoal	7143	10018	1469	1427	1480	13	351	57	71	112	5760	1075	1020	1211
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	253	329	75	72	15	8	22	12	7	9	128	19	26	14
Crimes contra o Patrimônio	15567	24891	2443	2896	3073	213	2387	287	439	499	12670	1373	1632	1901
Crimes contra portadores de deficiência	47	27	7	7	11	1	11	3	1	8	3	0	2	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	50	35	2	7	5	3	4	0	1	2	5	0	0	4
Crimes de Tortura	185	248	15	22	10	0	37	34	15	4	26	3	7	3
Crimes de Tráfico Ilícito e Associação para a Produção e Tráfico	2272	5131	491	430	425	4	83	8	4	15	3059	284	236	284
Crimes de Trânsito	6917	7757	697	775	993	322	1030	22	28	81	3953	246	227	251
Crimes do Sistema Nacional de Armas	3657	5329	715	721	688	114	115	39	41	53	3176	391	420	455
Crimes Eleitorais	260	587	63	20	34	0	35	2	9	7	72	5	9	7
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor	39	126	7	9	6	0	29	6	8	2	37	9	2	0
Feminicídio	273	128	44	49	44	0	2	2	4	1	83	28	35	38
Homicídio Simples e Qualificado	4344	3828	452	581	631	3	907	102	257	277	964	168	179	272
Manutenção ou financiamento do Terrorismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Organização Terrorista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Preparação de ato terrorista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tráfico de Pessoas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	5200	7360	1283	952	1025	1	163	30	27	88	4797	1045	748	856

MPPI Ministério Público do Estado do Piauí

ANEXO II-b - CRIMINAL - 2023

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS

CLASSE: (278) Termo Circunstanciado

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE	MOVIMENTOS		
	RECEBIDOS (920246)	Transações penais oferecidas [(920124) - proposta de transação	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)	Denúncias Oferecidas (920016), (920015)
Termo Circunstanciado	42583	3700	899	1570
ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE	MOVIMENTOS		
	RECEBIDOS (920246)	Transações penais oferecidas [(920124) - proposta de transação	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)	Denúncias Oferecidas (920016), (920015)
Direito Penal	39263	3499	841	1471

ANEXO II-c - CRIMINAL - 2023

PROCESSO CRIMINAL

CLASSE: (268) Processo Criminal,EXCETO (385) Execução Criminal e (277) Procedimentos Investigatórios

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE	MOVIMENTOS		
	RECEBIDOS (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2ª Grau (920271)	Manifestaçãoem Tribunais Superiores (920270)
Processo Criminal (EXCETO Execução Criminal e Procedimentos Investigatórios)	115246	6257	5421	23
ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE	MOVIMENTOS		
	RECEBIDOS (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2ª Grau (920271)	Manifestaçãoem Tribunais Superiores (920270)
Atos de Terrorismo	0	0	0	0
Crimes contra a Administração Pública	1089	40	37	0
Crimes contra a Dignidade Sexual	4549	471	348	0
Crimes Contra a Liberdade Pessoal	15892	209	316	1
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	387	14	6	0
Crimes contra o Patrimônio	22290	2163	1565	9
Crimes contra portadores de deficiência	8	0	0	1
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	51	0	2	0
Crimes de Tortura	85	8	5	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Associação para a Produção e Tráfico	6132	743	498	1
Crimes de Trânsito	3385	102	116	0
Crimes do Sistema Nacional de Armas	4707	373	338	0
Crimes Eleitorais	33	0	0	0
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor	22	1	1	0
Feminicídio	683	75	73	1
Homicídio Simples e Qualificado	9243	909	683	4
Manutenção ou financiamento do Terrorismo	0	0	0	0
Organização Terrorista	0	0	0	0
Preparação de ato terrorista	0	0	0	0
Tráfico de Pessoas	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	14705	149	303	0

ANEXO II-d - CRIMINAL - 2023
EXECUÇÃO PENAL
CLASSES: (385) Execução Criminal

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE	MOVIMENTOS			
	RECEBIDOS (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestaçãoem Tribunais Superiores (920270)
Anistia	0	0	0	0	0
Comutação de Pena	0	0	0	0	0
Conversão de Pena	0	0	0	0	0
Excesso ou Desvio	0	0	0	0	0
Execução da Pena	18171	11692	99	0	0
Execução de Medida de Segurança	4	0	0	0	0
Execução Provisória	183	125	1	0	0
Indulto	0	0	0	0	0
Superveniência de doença mental	1	1	0	0	0
Transferência entre estabelecimentos penais	3	1	0	0	0
Unificação de penas	0	0	0	0	0
Execução de Medidas Alternativas no Juízo Comum	676	609	0	0	0
Execução de Medidas Alternativas nos Juizados	43	36	1	0	0
Execução da Pena de Multa	22	10	0	0	0
Transferência entre Estabelecimentos Prisionais	19	10	0	0	0

MPPI Ministério Público do Estado do Piauí

ANEXO III - CÍVEL - 2023

PROCESSO CÍVEL

CLASSES: (2) Processo Civil e do Trabalho, EXCETO (1071) Recursos trabalhistas, (1070) Incidentes trabalhistas, (1068) Processo de execução trabalhista e (1067) Procedimentos trabalhistas

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE	MOVIMENTOS			
	RECEBIDOS (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestaçãoem Tribunais Superiores
Processo Civil e do Trabalho	97418	53013	707	4083	2

Ministério Público do Estado do Piauí

ANEXO IV-a - INFÂNCIA E JUVENTUDE - 2023
ATO INFRACIONAL
CLASSE: (1460) Procedimentos Investigatórios

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE	MOVIMENTOS		
	RECEBIDOS (920246)	Remissão ECA (920075)	Representação por Ato Infracional (920017)	Arquivamento (920087)
Procedimentos Investigatorios	4896	219	593	25

ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE	MOVIMENTOS		
	RECEBIDOS (920246)	Remissão ECA (920075)	Representação por Ato Infracional (920017)	Arquivamento (920087)
Contra a Dignidade Sexual	218	1	30	1
Contra a liberdade pessoal	387	18	59	3
Contra o Patrimônio	1718	51	219	2
De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	701	33	97	3
De Trânsito	257	24	13	1
Do Sistema Nacional de Armas	286	11	53	0
Feminicídio	1	0	0	0
Homicídio Simples e Qualificado	150	0	16	2
Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	2	0	1	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	38	2	6	0

MPPI Ministério Público do Estado do Piauí

ANEXO IV-b - INFÂNCIA E JUVENTUDE - 2023

ATO INFRACIONAL

CLASSE: (1465) Execução de Medidas Socioeducativas e (1464) Processo de Apuração de Ato Infracional

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE
	RECEBIDOS (920246)
Execucao de Medias Socioeducativas	1556
Processo de Apuracao de Ato Infracional	2529
ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE
	RECEBIDOS (920246)
Contra a Dignidade Sexual	256
Contra a liberdade pessoal	163
Contra o Patrimônio	1234
De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	199
De Trânsito	33
Do Sistema Nacional de Armas	137
Feminicídio	3
Homicídio Simples e Qualificado	149
Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	7

MPPI Ministério Público do Estado do Piauí

ANEXO IV-c - INFÂNCIA E JUVENTUDE - 2023

SEÇÃO CÍVEL

CLASSE: (1385) Seção Cível

ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE	MOVIMENTOS		
	RECEBIDOS (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestaçãoem Tribunais Superiores (920270)
Direito da Criança e do Adolescente -> Seção Cível	4530	15	0	0

ANEXO V-a - ELEITORAL - 2023

EXTRAJUDICIAL: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL

CLASSES: (910002) Notícia de Fato (1733) Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) Procedimento Preparatório Eleitoral (910018)

CLASSE	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS			
	INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Petição Inicial (920013)	Denúncia (920014)	Arquivamento (920107 e 920087)	Recomendação (920068)
Notícia de Fato	20419	20229	190	624	12	8893	235
Procedimento Investigatorio Criminal (PIC-MP)	151	154	-3	12	35	125	0
Procedimento Preparatorio Eleitoral	3	4	-1	0	0	14	0
ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS			
	INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Petição Inicial (920013)	Denúncia (920014)	Arquivamento (920107 e 920087)	Recomendação (920068)
Abuso - De Poder Econômico	0	1	-1	0	0	1	0
Abuso - De Poder Político/Autoridade	0	1	-1	0	0	1	0
Abuso - Uso Indevido de Meio de Comunicação Social	0	0	0	0	0	0	0
Captação Ilícita de Sufrágio	0	12	-12	0	0	12	0
Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	0	1	-1	0	0	1	0
Conduta Vedada	3	15	-12	0	0	11	0
Convenção Partidária	0	0	0	0	0	0	0
Direito de Resposta	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Políticos	0	0	0	0	0	0	0
Doação de Recursos Acima do Limite Legal	9	90	-81	0	0	89	0
Filiação Partidária	0	0	0	0	0	0	0
Impugnação ao Registro de Candidatura	0	0	0	0	0	0	0
Meios Processuais	0	0	0	0	0	0	0
Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas - De Candidato	2	4	-2	0	0	3	0
Prestação de Contas - De Comitê Financeiro	1	1	0	0	0	0	0
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada	9	15	-6	0	0	12	0
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	9	15	-6	0	0	12	0
Propaganda Política - Propaganda Partidária	0	1	-1	0	0	1	0
Registro de Candidatura - DRAP Partido/Coligação	0	0	0	0	0	0	0
Registro de Candidatura - RRC - Candidato	0	0	0	0	0	0	0

ANEXO V-b - ELEITORAL - 2023

PROCESSO ELEITORAL

CLASSES: (12061) Ação Cautelar, (11526) Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, (11527) Ação de Investigação Judicial Eleitoral, (11528) Ação Penal, (1318) e (47) Ação Rescisória, (11880) Agravo de Instrumento, (11530) Apuração de Eleição, (11535) Cancelamento de Registro de Partido Político, (1326) e (221) Conflito de Competência , (11551) Consulta, (11542) Correição, (11543) Criação de Zona Eleitoral ou Remanejamento, (172) Embargos à Execução, (12060) Exceção, (1116) Execução Fiscal, (307) Habeas Corpus, (1332) e (110) Habeas Data, (11544) Instrução, (11545) Lista Tríplice, (1335) e (118) Mandado de Injunção, (1336) e (120) Mandado de Segurança, (11552) Pedido de Desaforamento, (1338) e (241) Petição, (11531) Prestação de Contas, (1298) Processo Administrativo, (11536) Propaganda Partidária, (1342) e (244) Reclamação, (11533) Recurso Contra Expedição de Diploma, (1343) Recurso Criminal, (11548) Recurso Eleitoral, (1344) Recurso em Habeas Corpus, (1345) Recurso em Habeas Data,(1346) Recurso em Mandado de Injunção, (1347) Recurso em Mandado

ASSUNTO	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE	MOVIMENTOS			
	RECEBIDOS (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestaçãoem Tribunais Superiores (920270)
Abuso - De Poder Econômico	20	7	2	0	0
Abuso - De Poder Político/Autoridade	7	5	0	0	0
Abuso - Uso Indevido de Meio de Comunicação Social	1	2	0	0	0
Captação Ilícita de Sufrágio	14	6	0	0	0
Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	4	1	0	0	0
Conduta Vedada	1	0	0	0	0
Convenção Partidária	0	0	0	0	0
Direito de Resposta	0	0	0	0	0
Direitos Políticos	1	0	0	0	0
Doação de Recursos Acima do Limite Legal	25	2	2	0	0
Filiação Partidária	0	0	0	0	0
Impugnação ao Registro de Candidatura	0	0	0	0	0
Meios Processuais	0	0	0	0	0
Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária	0	0	0	0	0
Prestação de Contas - De Candidato	331	205	2	0	0
Prestação de Contas - De Comitê Financeiro	90	55	0	0	0
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada	37	13	3	0	0
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral	37	13	3	0	0
Propaganda Política - Propaganda Partidária	2	0	0	0	0
Registro de Candidatura - DRAP Partido/Coligação	0	0	0	0	0
Registro de Candidatura - RRC - Candidato	0	0	0	0	0

MPPI Ministério Público do Estado do Piauí

ANEXO VIII - ATENDIMENTO AO PÚBLICO - 2023

MOVIMENTO: (920002) Atendimento | ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL: (970107) Atendimento ao Público

MOVIMENTO E ATIVIDADE NÃO	QUANTIDADE TOTAL
Atendimento e Atendimento ao Público	10871

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, sendo um órgão da Administração Superior a quem incumbe a fiscalização e orientação das atividades finalísticas de seus membros, procurou, ao longo do ano de 2023, exercer seu papel sobretudo no contexto de sua atuação orientativa. Para tanto, procurou seguir as diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público, quando este preconiza o foco na atuação resolutiva e proativa de seus membros, a fim de que, cada vez mais, possa-se, enquanto Instituição, desenvolver um trabalho realmente satisfatório para a sociedade Piauiense.

Neste contexto, e nesta intenção, atuou-se em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) na execução do Projeto ADAPTA, que visa a formação dos novos membros que estão cumprindo estágio probatório e também atuação em parceria com a Ouvidoria, para promoção de um melhor atendimento ao público, no que diz respeito às demandas envolvendo a atuação dos membros. Isto, sem falar nas parcerias desenvolvidas com os Centros de Apoio e Grupos de Atuação, buscando-se sempre orientar com as novas perspectivas e exigências de cada área, além das que foram firmadas com os órgãos externos ao MP-PI.

Foi ainda neste ano que os projetos do MP-PI foram analisados e avaliados pela Corregedoria Nacional, o que ensejou em reconhecimento do trabalho aqui desenvolvido, através das premiações recebidas de “selo de resolutividade” e “certificado de boas práticas”, sendo este último, também recebido por esta Corregedoria Geral.

Sendo assim, na certeza do dever cumprido e dos desafios que ainda virão, a Corregedoria do Ministério Público do Estado do Piauí reforça o compromisso de sempre avançar para a melhoria da atuação profícua, proativa e resolutiva da nossa instituição ministerial.

FERNANDO MELO FERRO GOMES:18148352453

Assinado de forma digital por FERNANDO MELO FERRO GOMES:18148352453
Dados: 2024.01.15 10:44:44 -03'00'

Fernando Melo Ferro Gomes

Corregedor-Geral do MP-PI

RELATÓRIO ANUAL DA CORREGEDORIA GERAL

DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PIAUÍ

2023

MPPI Ministério Público do Estado do Piauí